

O Cânon do Antigo Testamento nas igrejas cristãs

Carlos Jeremias Klein*

RESUMO

Este artigo trata de algumas questões relativas ao cânon do Antigo Testamento em diferentes tradições cristãs. Em Alexandria no terceiro século antes de Cristo foi elaborada uma tradução do Antigo Testamento do hebraico para o grego, a Septuaginta ou LXX. A esta foram incorporados livros escritos em grego, formando o cânon alexandrino. Em fins do século I, as Escrituras hebraicas foram consideradas como canônicas por um Concílio judeu (cânon palestinese). Na Igreja antiga prevaleceu o uso da Septuaginta, mas no cristianismo oriental houve restrições a livros do cânon alexandrino. No Ocidente, em decisões conciliares, foram incorporados sete livros ao cânon palestinese, formando o cânon do Antigo Testamento da Igreja Católica Romana. No século XVI, na Reforma Protestante, prevaleceu o cânon da Bíblia hebraica. O trabalho trata também dessa questão no âmbito da Igreja Ortodoxa, na qual se tem verificado certa indefinição na composição do cânon do Antigo Testamento. Paul Tillich observou em sua Teologia Sistemática (1984, 50): “Foi o Espírito quem criou o cânon. E, como todas as coisas espirituais, o cânon não pode ser fixado legalmente de forma definida. A abertura parcial do cânon é uma salvaguarda da espiritualidade da Igreja cristã”.
Palavras-chave: Cânon; Antigo Testamento; Septuaginta; Patrística; Igreja Católica; Igreja Ortodoxa; Reforma protestante.

* Mestre e Doutor em Ciências da Religião, área de Teologia e História, pela Universidade Metodista de São Paulo. Professor no Curso de Teologia do Centro Universitário Filadélfia – UniFil – Londrina – PR.

THE CANON OF THE OLD TESTAMENT IN CHRISTIAN CHURCHES

ABSTRACT

This paper deals with some issues related to the Canon of Old Testament in various Christians traditions. In the 3rd Century B. C., in Alexandria, a translation of the Old Testament from Hebrew to Greek was elaborated. It was named Septuagint, ou LXX. New books written in greek were incorporated, constituting the Alexandrian Canon. In the end 1st Century the Hebrew Scriptures were considered the Canon by jewish council. In the Ancient Church the use of the Septuagint prevailed, but in Eastern Christianity there were restrictions to Alexandrian Canon. In the Western Church (Catholic), the adoption of seven books besides of hebreu Canon was dominant in Council resolutions. The Protestant Reformation, in 16th Century, adopted the Hebrew Bible Canon. This article also approaches this issue in the Orthodox Church. Paul Tillich (Systematic Theology): It was Spirit that created the canon. And as all spiritual things, the canon can not be legally prescribed shape. The parcial opening of the canon is a safeguard of Christian spiritualityh.

Keywords: Canon; Old Testament; Septuagint; Patristic; Catholic and Orthodox Churches; Protestant Reformation.

Introdução

Enquanto o cânon do Novo Testamento coincide na maioria das Igrejas cristãs, o mesmo não ocorre com relação ao Antigo Testamento. Essa questão está relacionada com a Septuaginta, uma tradução das Escrituras hebraicas para o grego, realizada antes de Cristo.

A tradução começou a ser realizada por judeus em Alexandria sob Ptolomeu II – Filadelfo - (c. 285-246/7 a. C.), sendo nessa época traduzido o Pentateuco. Essa Versão é denominada também LXX, pois teria sido elaborada por setenta (ou setenta e dois) eruditos judeus. Ao Pentateuco, “foram acrescentados os demais livros, cuja tradução foi feita por um grande número de pessoas diferentes [...] por volta do final do segundo século a.C. todo o Antigo Testamento, pelo menos o seu conteúdo principal havia sido traduzido ao grego”.¹

¹ “História do Texto da Septuaginta” In: *Septuaginta*, Sociedade Bíblica do Brasil (SBB), 2011, p. LXXX.

Em fins do século I, o concílio judaico de Jâmnia estabeleceu o cânon estrito do Antigo Testamento, a saber, 22 [ou 24]², excluindo os livros escritos em grego e incorporados na Septuaginta.

A Igreja, principalmente no Ocidente, adotou, além dos livros das Escrituras hebraicas, sete livros chamados eclesiásticos ou deuterocanônicos, da Septuaginta, a saber: Tobias, Judite, Baruque, 1 Macabeus, 2 Macabeus, Sabedoria e Eclesiástico, bem como adições em grego aos livros de Ester e Daniel. A Igreja Católica Romana confirmou esse cânon do Antigo Testamento no Concílio de Florença (1441/2) e no Concílio de Trento (1546).

Quanto ao cânon do Antigo Testamento, a Igreja Ortodoxa Grega tem enumerado também III Macabeus ou mesmo IV Macabeus e I Esdras (além de Esdras e Neemias). A Igreja Ortodoxa Etíope, monofisita, possui um cânon geral da Bíblia, incluindo o Novo Testamento, bem mais amplo que o das outras Igrejas cristãs. Inclui I Esdras, III Macabeus, Salmo 151, Enoque, Jubileus, Clemente, Didascália, além de livros dos Sínodos e dos Pactos.

As Igrejas da Reforma, em geral, reconheceram a autoridade canônica do cânon restrito palestinese (correspondentes aos 22 das Escrituras hebraicas), mas mantiveram durante séculos os sete livros do cânon grego (deuterocanônicos ou apócrifos) no final do Antigo Testamento. Na realidade, Lutero cogitou a possibilidade de exclusão também de alguns livros do Novo Testamento, a exemplo da Carta de Tiago.

A partir de inícios do século XIX a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira e a Sociedade Bíblica Americana excluíram os livros deuterocanônicos do Antigo Testamento.

1. O cânon veterotestamentário na Igreja antiga e medieval

Clemente, bispo de Roma do ano 92 ao 101, escreveu uma Carta aos Coríntios por volta do ano 95. Clemente mostra-se familiarizado com a Versão dos Setenta e nas diversas citações ou referências bíblicas

² Quando se adota o número 22, consideram-se Juízes e Rute um só livro, bem como Jeremias e Lamentações.

inclui Siraque (Eclo) 2,11, Tobias 13,6 e 5,10³, Sabedoria 12,12 e “a bem-aventurada Judite”.⁴ Cerca de duas décadas depois, Policarpo de Esmirna, cita Tobias 4,10.⁵

No segundo século, Melitão, bispo de Sardes (+ cerca do ano 193), cita o cânon hebraico⁶. Melitão não menciona Ester “nem os livros próprios dos LXX, mas em sua Homilia pascal se inspira em Sb [Sabedoria].⁷ Ireneu de Lião (+c. 200), em *Adversus haereses*, cita, como Escrituras, Baruque 4,36-5,9, 2 Macabeus 7,28 e Sabedoria 1,14.⁸

Na segunda metade do século II,

[...] os cristãos africanos traduziram os LXX para o latim (a *Vetus Latina*), incluindo, pois, Sb [Sabedoria], Sir [Eclesiástico], etc. No fim do século II e no começo do século III, Tertuliano e mais explicitamente, Cipriano recorrem a esses livros ausentes na Bíblia hebraica; também Clemente de Alexandria, que faz grande uso de Sb e Sr.⁹

Entre outros Pais da Igreja do século III que reconhecem, em geral, o cânon alexandrino, podendo ser citados Hipólito (+ 258-260) e Dionísio de Alexandria (+ 264-265).

Eusébio de Cesaréia (+339/340), em sua *História Eclesiástica*, escreveu como Orígenes menciona as Escrituras canônicas. Quanto ao Antigo Testamento, Orígenes cita “os vinte e dois livros segundo os hebreus” e acrescenta: “E além destes estão os dos Macabeus, que são intitulados *Sarbethsabanaiel*”.¹⁰ Eusébio escreveu também que Clemente de Alexandria, no *Stromateis*, faz também uso das “Escrituras discutidas: das chamadas Sabedoria de Salomão e Sabedoria de Jesus (filho) de Sirac”.¹¹

³ Clemente Romano, São Paulo, Metodista, 1959, p. 139-140.

⁴ Clemente aos Coríntios, 27,5 In: *Padres Apostólicos*, 1995, p. 43 e 62.

⁵ Policarpo de Esmirna, “Segunda Carta aos Filipenses, 10,2”, in *Padres Apostólicos*, 1995, p. 144.

⁶ MACKENZIE, John, S. J. *Dicionário Bíblico*, 1983, p. 142.

⁷ GILBERT, Maurice. “Cânon das Escrituras”. In: *Dicionário Crítico de Teologia*, 2004, p. 339.

⁸ Ireneu de Lião. São Paulo, Paulus, 1996, p.148 e 613-614.

⁹ GILBERT, Maurice, Op. cit., p. 339.

¹⁰ Eusébio de Cesaréia. *História Eclesiástica*, São Paulo, Fonte Editorial, 2005, p. 213.

¹¹ *Ibidem*, p. 204.

Basílio Magno (330-379), bispo de Cesaréia, em seu *Tratado sobre o Espírito Santo*, cita como parte das Escrituras quatro livros do cânon alexandrino: Baruque, Judite, Sabedoria e Eclesiástico.¹² Gregório de Nissa (+ 395) também aceita o cânon amplo, alexandrino, porém Gregório de Nazianzo atém-se ao cânon palestinese.

Cirilo de Jerusalém (+387), na sua Catequese IV, aos Iluminandos, comenta os dogmas da Igreja. O Dogma 11 trata das Divinas Escrituras, no qual comenta a Septuaginta, e escreve: “Destas, lê os vinte e dois livros. Não tenhas nada em comum com os apócrifos. Medita só estes livros com persistência, pois são os que também na Igreja lemos com toda segurança”.¹³ Cirilo apela à Tradição dos apóstolos e bispos antigos, e enumera os livros:

Muito mais prudentes e piedosos que tu foram os apóstolos e os bispos antigos, chefes da Igreja, que nos transmitiram estes livros[...] do Antigo Testamento, como já foi dito, medita os vinte e dois livros[...]. Os primeiros cinco livros da Lei são de Moises: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio. A seguir, Jesus [Josué], filho de Nun e o livro dos Juízes que com o livro de Rute é contado como sétimo. Os demais livros históricos são: o primeiro e o segundo dos Reis que são um livro só entre os hebreus, assim como o terceiro e o quarto. Igualmente entre eles o primeiro e o segundo Paralipômenos [Crônicas] é um livro e ainda o primeiro e segundo Esdras. Estes são os livros históricos. Em versos estão escritos cinco livros: Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes e Cântico dos Cânticos que é o décimo sétimo livro. Depois vêm os cinco livros proféticos: um livro de doze profetas, um de Isaías, um de Jeremias com Baruque, as Lamentações e a Epístola. A seguir, Ezequiel e o livro de Daniel que é o vigésimo segundo livro do Antigo Testamento.¹⁴

Pode-se observar que o cânon de Cirilo inclui um único “deuterocanônico”, o de Baruque, anexo ao do profeta Jeremias e exclui Ester!

¹² Basílio Magno, S. *Basílio de Cesaréia*, S. Paulo, Paulus, 1998, p. 105, 111, 156 e 175.

¹³ 6. São Cirilo de Jerusalém, *Catequeses pré-batismais*. Petrópolis, Vozes, 1978, p. 61.

¹⁴ Idem.

No Oriente, o Sínodo de Laodicéia (c. de 360) “para o Antigo Testamento enumera apenas os livros da Bíblia hebraica”.¹⁵

Atanásio (+ 373), em sua *Epistula festalis* 39^a, de 367, é o primeiro escritor patristico a citar os livros 27 do Novo Testamento. Nessa carta, Atanásio considera o cânon do Antigo Testamento constituído por 22 livros, a saber: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio, Josué, Juízes, Rute, Livros de Reis (1 e 2 Sm e 1 e 2 Rs, contados como 2), Paralipômenos (1 e 2 Cr), 2 de Esdras (Esdras-Neemias), Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Cântico dos Cânticos, Jó, os 12 profetas, Isaías, Jeremias com Baruque, Lamentações-Epístola Ezequiel e Daniel.¹⁶ Atanásio reconhece que há livros não canônicos, mas “que os Padres mandaram ler aos neoconvertidos”, citando Sabedoria, Sirácida (Eclo), Ester, Judite e Tobias, do Antigo Testamento.¹⁷

É no mínimo surpreendente que tanto São Cirilo de Jerusalém, quanto Santo Atanásio colocam Baruque entre o cânon estrito e Ester entre os apócrifos.

Wilfrid J. Harrington comenta que a atitude dos Padres Orientais [optando pelo cânon palestinese], bem como dos ocidentais Jerônimo e Rufino, pode ser explicada de dois modos: “1. Na controvérsia com os judeus, a fim de se ter uma base comum de argumentação, os Padres se restringiram ao cânon judaico aceito; 2. Os apócrifos judaicos, reivindicando canonicidade, estavam em circulação; assim, todos os livros tinham de ser cuidadosamente examinados, e as credenciais dos livros deutero-canônicos não pareciam ser tão convincentes quanto as dos outros”.¹⁸

João Crisóstomo (+ 407) cita o livro de Eclesiástico (19,27; 1,21) e Sabedoria (3,1) como Escritura, em suas Catequeses batismais.¹⁹

No Ocidente, o Sínodo de Roma (382) traz os seguintes livros no Antigo Testamento: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio, Josué (Jesus Navé), Juízes, Rute, quatro livros de Reis (I e II Samuel, I e II Reis), dois livros de Paralipômenos (I e II Crônicas), Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Cantar dos Cantares, Sabedoria, Eclesiástico,

¹⁵ HARRINGTON, Wilfrid J., *Chave para a Bíblia*, 1985, p. 55.

¹⁶ *Enchiridion Patristicum*, M. J. Rouet Journal. Barcelona, Friburgi, Romae, 1958, p. 287.

¹⁷ BARUCQ, A. e CAZELLES, H. *Introdução à Bíblia I*, 1967, p. 39.

¹⁸ HARRINGTON, Wilfrid J., *op. cit.*, p. 55.

¹⁹ CRISÓSTOMO, João. *Oito Catequeses Baptismais*, s/data, p. 129, 136, 160.

Isaías, Jeremias com suas Lamentações, Ezequiel, Daniel, Oseias, Amós, Miquéias, Joel, Abdias, Jonas, Naum, Habacuc, Sofonias, Ageu, Zacarias e Malaquias, Jó, Tobias, dois livros de Esdras (Esdras-Neemias), Ester, Judite e dois livros de Macabeus.²⁰ Nessa lista não consta o livro de Baruque, podendo ocorrer que faça parte do livro do profeta Jeremias.

O Sínodo de Roma lista, em seguida, os 27 livros do Novo Testamento. É a primeira vez que um Concílio traz o cânon do Novo Testamento, tal como foi recebido pela Igreja Católica no Ocidente e no Oriente. Quinze anos antes, a Carta pascal 39 de Atanásio, citou os 27 livros do Novo Testamento como canônicos, sem referência a livros “discutidos”.

O Concílio de Hipona (393) adotou o cânon Alexandrino. O mesmo fez o III Concílio de Cartago (397), também no Ocidente. No Cânon 36 afirma: “Fora das Escrituras canônicas, nada se pode ler na Igreja sob o nome de Escrituras divinas. Pois bem, as Escrituras canônicas são: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio, Josué [filho de] Nun, Juízes, Rute, quatro livros dos Reis, dois livros de Paralipômenos, Jó, Saltério de Davi, cinco livros de Salomão, doze livros dos profetas, Isaías, Jeremias, Daniel, Ezequiel, Tobias, Judite, Ester, dois livros dos Macabeus”.²¹ Esse Concílio não menciona o livro de Baruque. O Cânon 36 prossegue citando os 27 livros do Novo Testamento. O Concílio de Cartago de 419 também confirmou o cânon alexandrino.

O papa Inocêncio I escreveu uma carta a Exupério, bispo de Toulouse, em 20 de fevereiro de 405, na qual cita os mesmos livros do Antigo e do Novo Testamento, considerados canônicos pelo Sínodo de Roma (382) e III Concílio de Cartago (397), inclusive omitindo Baruque.

No Ocidente, Rufino (+ 410) e Jerônimo (c. 347-320) destacam-se como defensores do cânon estrito palestinese. Rufino “considera, contudo, os outros livros como ‘eclesiásticos’, mas não os reputa utilizáveis para confirmar os dogmas da Igreja”.²² Jerônimo, por volta de 390, “declara ‘apócrifos’ os livros da Septuaginta não compreendidos entre os 22 do cânon judaico. O termo empregado equivalia a uma negação de sua inspiração. Nisto Jerônimo foi paladino único no Ocidente”.²³

²⁰ DENZINGER, Enrique. *El Magistério de la Iglesia*, 1963, p. 30.

²¹ *Ibidem*, p. 35.

²² BARUCQ, A. e CAZELLES, H. *Introdução à Bíblia I*, 1967, p. 43.

²³ *Ibidem*, p. 43 e 44.

Jerônimo, talvez o maior erudito de seu tempo, e sua tradução da Vulgata merecem maiores comentários. Jerônimo participou do Sínodo de Roma do ano 382, a convite do papa Dâmaso, permanecendo em Roma até 385. Dâmaso solicitou a Jerônimo uma revisão da Bíblia em latim. Em 386, Jerônimo fixou-se em Belém até sua morte 34 anos mais tarde. Inicialmente, Jerônimo revisou textos do Antigo Testamento na versão da Septuaginta, mas consultando também o hebraico. Em torno do ano 391, reiniciou a tradução do Antigo Testamento baseando-se apenas nas línguas originais, hebraico e, nos casos de Tobias e Judite, aramaico. Não obstante, Jerônimo denominou os deuterocanônicos de *libri ecclesiastici* e não *libri canonici*. A tradução iniciou-se pelos Salmos, seguindo-se os livros proféticos, nos anos 392-394. Os livros de Reis (1-2 Sm, 1-2 Rs), Jó e Esdras-Neemias, em 394-6 Crônicas; (1-2Cr), em 398; Provérbios, Eclesiastes e Cânticos dos Cânticos, cerca de 400, o Pentateuco. Jerônimo concluiu a tradução da Bíblia hebraica em 405, com Ester, Josué, Juízes e Rute.²⁴ Barrera observa que “nem tudo que foi incorporado na Vulgata foi traduzido por Jerônimo, e nem todas as traduções dele fizeram parte da Vulgata [...]. Os textos dos livros deuterocanônicos restantes [exceto Tb e JT], assim como do NT, são revisões antigas da VL [Vetus latina] incorporadas na Vulgata”.²⁵No início os trabalhos de Jerônimo “sofreram violenta oposição; todavia, logo em seguida, muitos recorreram a eles para a revisão de antigos manuscritos da Bíblia. No tempo de Gregório Magno (+ 640) o texto desfrutou de iguais direitos que os demais [...] nos séculos VIII e XIX se impôs inteiramente”.²⁶

Agostinho foi um dos Pais da Igreja que mais defendeu claramente o cânon alexandrino do Antigo Testamento. Em sua *De Unitate Ecclesiae*, cita, como Escritura, Sabedoria 1,7; Eclesiástico 34,7²⁷ e em *Enchiridion – Sive de Fide, spe et caritate*, também como Escritura, cita Sabedoria 6,26; Eclesiástico 1,1; Sabedoria 9,15; Eclesiástico 40,1; 27,6; 15,21; 30,24; Sabedoria 9,15 e Sabedoria 2,21.²⁸

²⁴ BARRERA Julio Trebolle. *A Bíblia judaica e a Bíblia cristã*, 1999, p. 423.

²⁵ Ibidem, p. 424.

²⁶ ALTANER, B; STUIBER, A. *Patrologia*. 1988, p. 398.

²⁷ San Agustín, “De Unitate Ecclesiae”, in BAC, 1956, p, 744, 746.

²⁸ San Agustín, “Enchiridion – Sive de Fide, Spe et Caritate”, in BAC, 1956, p. 462, 554, 558, 562, 564, 574, 590 e 630.

Em sua obra “A cidade de Deus”, Agostinho escreveu que “a Igreja recebeu a versão dos Setenta como se fora única e dela se servem os gregos cristãos”²⁹, e explica que os “livros dos Macabeus são tidos por canônicos pela Igreja e por apócrifos pelos judeus. A Igreja assim pensa por causa dos terríveis e admiráveis sofrimentos desses mártires, que antes da encarnação de Cristo lutaram até a morte pela lei de Deus e suportaram inauditas torturas”.³⁰

O Concílio de Trullo (692), da Igreja Oriental, complementar ao Concílio Ecumênico de Constantinopla III (680-681), menciona “uma larga série de listas antigas dos livros bíblicos, tanto catálogos de escritores como de concílios particulares, de uns que possuem o cânon completo [que incluem deuterocanônicos] e de outros que não o possuem. Este sínodo não tem, contudo, um decreto próprio”.³¹ Em outras palavras, consta que esse concílio, cuja preocupação maior não era o cânon, sancionou duas listas de livros do Antigo Testamento, uma do cânon palestinese, outra do cânon alexandrino.

João Damasceno (+ cerca de 750), no final da Patrística grega, adotou o cânon palestinese, mas cita com alta consideração o livro de Sabedoria.

2. O Cânon do Antigo Testamento na Igreja Católica Romana

A partir do Sínodo de Roma (382) o cânon alexandrino, que com os chamados deuterocanônicos, firma-se na Igreja do Ocidente.

Na Escolástica, os “deuterocanônicos”, são citados como Escrituras. São Boaventura (1221-1274) citou, entre outros, Tobias 4,14 (“Nunca permitais dominar a soberba em vossos corações”), Tobias, 4,16 e Sabedoria 1,4³². Santo Tomás de Aquino (c. 1225-1274), entre outros, adotando o cânon alexandrino.

²⁹ Agostinho, Santo. *A cidade de Deus*. 1990, p. 360.

³⁰ *Ibidem*, p. 353.

³¹ PACOMIO, L. “Sagrada Escritura”. In: *Diccionario Teológico Interdisciplinar; I-II*, 1985, p. 224.

³² São Boaventura. *Obras escolhidas*. Caxias do Sul. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1983, p. 414, 270 e 443.

O Concílio de Florença (1441-1442), através da bula *Cantate Domino*, inclui sete livros deuterocanônicos do cânon alexandrino, mas coloca os livros de Primeiro e Segundo Macabeus no final do Antigo Testamento.

A Igreja Católica Romana confirmou o cânon com os deuterocanônicos no Concílio de Trento, “depois de algumas controvérsias notavelmente candentes, propôs finalmente, na Sessão IV, de 8 de abril de 1546, os livros do cânon do Antigo Testamento, todos devendo ser aceitos ‘com igual devoção e reverência’”.³³ Os livros do Antigo Testamento são: “Gênesis, Êxodo, Levítico, Número, Deuterônimo, Josué, Juízes, Rute, 4 dos Reis, 2 dos Paralipômenos, 2 de Esdras (dos quais o segundo se chama Neemias), Tobias, Judite, Ester, Jó, Saltério de Davi, de 150 Salmos, Parábolas [Provérbios], Eclesiastes, Cantar dos Cantares, Sabedoria, Eclesiástico, Isaías, Jeremias com Baruque, Ezequiel, Daniel, Oseas, Joel, Amós, Abdias, Jonas, Miqueias, Naum, Habacuque, Sofonias, Ageu, Zacarias, Malaquias, I e II Macabeus.³⁴ O livro de Lamentações não é mencionado, talvez faça parte de Jeremias.

Os sete livros do cânon alexandrino que não fazem parte do cânon palestinese são denominados “deuterocanônicos”, bem como os acréscimos gregos de Ester e Daniel. Os teólogos católicos B. Lamy (1715) e J. Jahn (1816) defenderam a existência “de graus de autoridade nos diversos livros bíblicos”.³⁵

3. O Cânon do Antigo Testamento nas Igrejas Ortodoxas

Enquanto no Ocidente, a partir do Sínodo de Roma (382), o cânon alexandrino se impõe, “no Oriente só é demonstrável a partir do século VII (sínodo ‘Trullanum’, em 692”.³⁶ Contudo, o cânon não ficou totalmente definido no Oriente, sendo que João Damasceno (+ cerca de 754) adotou o cânon restrito palestinese (Teologia, Livro 4, cap. 17).³⁷

³³ MACKENZIE, John L. *Dicionário Bíblico*, 1983, p. 142.

³⁴ DENZINGER, Enrique. *El Magistério de la Iglesia*, 1963, p. 223.

³⁵ PACOMIO, L. “Sagrada Escritura”. In: *Diccionario Teológico Interdisciplinar I-II*, 1985, p. 235.

³⁶ MICHL, J. “Escritura”, in *Dicionário de teologia bíblica*, 1988, p. 349.

³⁷ KARENIN, Jerzy Berkman. *Doutrina Cristã Ortodoxa*, 1957, p. 25.

Na Idade Média, “um dos títulos que se deu à Bíblia na Igreja grega foi ‘*Os Sessenta Livros*’ que, segundo antigos manuscritos, Sabedoria, Eclesiástico, Macabeus, Judite e Tobite ficam expressamente fora, como também Ester... A chamada Esticometria de Nicéforo (finais do século IX) menciona os apócrifos, exceto Baruc, como ‘livros disputados’”.³⁸ Em 1333, “Nicéforo Calisto se baseia em Gregório de Nazianzo e Anfiloquio e dá uma lista do cânon hebreu, exceto Ester”.³⁹

A Igreja Ortodoxa adotou a lista mais ampla, alexandrina, nos Sínodo de Jafa (1642). “O Concílio de Jerusalém, em 1672, só reconheceu como canônicos o livro de Judite, o Eclesiástico (Sirac) e a Sabedoria de Salomão”.⁴⁰ Outras fontes, porém, informam que a Igreja Ortodoxa, além dos sete livros deutero-canônicos aceitos na Igreja Romana, adotou também 3 e 4 Macabeus e 1 Esdras (ou 3 Esdras, considerando-se Esdras-Neemias como 1 e 2 Esdras). A Igreja Ortodoxa Russa, no entanto, não inclui no cânon 4 Macabeus. Aliás, no século XVII a Igreja Ortodoxa Russa “deixou facultativa a adoção ou não do cânon alexandrino”.⁴¹

Não obstante, o Catecismo maior, até 1839, restringia-se ao cânon palestinese.

Um catecismo da Igreja Ortodoxa, Patriarcado de Antioquia, de 1957, considera como cânon do Antigo Testamento os 22 livros do cânon palestinese, seguindo o sistema dos hebreus, pois: “Diz o Apóstolo Paulo: ‘Porque primeiramente as palavras de Deus lhes [aos Hebreus] foram confiadas’ (Rm 3,2). A nova união de Deus com os homens, representada pela Santa Igreja Cristã Ortodoxa, que herdou as Escrituras do Antigo Testamento, da Igreja da Antiga União de Deus com os homens – a hebraica”.⁴² Quanto aos livros de Sabedoria, Sirach, Tobias, Judite e os dois livros de Macabeus, a Igreja segue a orientação de Atanásio: “Elas [estas obras] estão destinadas para a leitura daqueles que desejam aderir ao Cristianismo”.⁴³

³⁸ Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/46075503/o-canon-do-antigo-testamento-nas-igrejas-orientais>>, acesso em 26.05.12. É importante observar que Ester, do AT, não constava desse cânon, nem o Apocalipse, do Novo Testamento.

³⁹ Idem.

⁴⁰ ROST, Leonard. *Introdução aos livros apócrifos e pseudepígrafos do Antigo Testamento e aos manuscritos do Mar Morto*, 1980, p. 22.

⁴¹ Disponível em: <<http://pt.scribd.com>>, acesso em 26.05.12.

⁴² Idem.

⁴³ Ibidem, p. 26.

4. O cânon do Antigo Testamento nas Igrejas da Reforma

Martinho Lutero (1483-1516) realizou uma tradução da Bíblia para o alemão e incluiu os livros deuterocanônicos ou apócrifos, mas isso não significa que considerava todos os livros no mesmo nível. Leonard Rost observa: “Lutero, influenciado pelo impulso humanista de volta às fontes (*ad fontes*) e, pretextando a ‘*veritas hebraica*’, estabeleceu o Cânon hebraico como normativa e colocou os ‘*libri ecclesiastici*’ de Jerônimo em apêndice, sob a seguinte denominação: ‘Apócrifos, isto é, livros que não podem ser equiparados às Sagradas Escrituras, mas cuja leitura é boa e proveitosa’ (H. E. Bindseil e H. A. Niemeyer, Dr. Martin Luther’s Bibleübersetzung, S. Theil, 1853)”.⁴⁴

Sobre II Macabeus e Ester, o reformador assim se pronunciou: “Sou tão hostil a este livro [2Mc] e ao de Ester, que desejaria que nem existissem, pois judaizam tanto e possuem muita depravação pagã”.⁴⁵

O reformador não se preocupava tanto na oficialização de uma lista de livros canônicos e de livros discutidos, mas com a pregação de Jesus Cristo: “O que quer que não ensine Cristo não é apostólico, mesmo quando é Pedro ou Paulo que ensine. Além disso, o que quer que pregue Cristo deve ser apostólico, mesmo que sejam Judas, Anás, Pilatos e Herodes que o estejam fazendo”.⁴⁶ Tillich observa que Lutero deu “uma norma material segundo a qual os livros bíblicos deveriam ser interpretados e avaliados, a saber: a mensagem do Cristo ou da justificação através da fé. À luz desta norma, ele interpretou e avaliou todos os livros bíblicos. Seu valor normativo é idêntico ao grau no qual eles expressam essa norma, embora, por outro lado, a norma se derive deles”.⁴⁷

Lutero teve dúvidas quanto à canonicidade também de livros do Novo Testamento e colocou os livros de Hebreus, Tiago, Judas e Apocalipse no fim da Bíblia, do mesmo modo que procedeu com os “apócrifos” ou “discutidos” do Antigo Testamento.⁴⁸

⁴⁴ ROST, Leonard. Op. cit., p. 22.

⁴⁵ LUTERO, M., “Tischreden”, Weimarer A., vol. 22, p. 2080 *apud* BENTZEN A., *Introdução ao Antigo Testamento*, vol. 2, 1968, p. 219.

⁴⁶ LW 35, p. 396, WA DB 7, p. 385 *apud* GEORGE, T., 1994, p. 85.

⁴⁷ TILLICH, Paul. *Teologia sistemática*, 1984, p. 50.

⁴⁸ Quanto à colocação por Lutero dos livros “apócrifos” no fim de sua Bíblia (1543), ver Bruce M. Metzger, *An Introduction to the Apocrypha*, Oxford University Press, 1977, p. 181ss.

A Bíblia de Zurique, cuja tradução foi feita por Ulrich Zwingli (1484-1531) e por Leo Jud inclui os chamados livros deuterocanônicos, do cânon amplo.

João Calvino (1509-1564), em suas *Institutas*, cita o livro de Sabedoria (14,15-16), para combater a idolatria, e Baruque (2,18-20), sobre o perdão divino⁴⁹. Nas *Institutas*, Calvino reconhece que não há acordo entre os antigos sobre o cânon e escreve uma frase condicional: “Se nos ativermos à autoridade de São Jerônimo, os livros dos Macabeus, Tobias e Eclesiástico e outros semelhantes se devem ter por apócrifos”.⁵⁰

Menno Simons (1496-1561), o principal líder da reforma radical, “aceitou os escritos apócrifos como canônicos [...]. Na Idade Média [os apócrifos eram] muito populares na pregação e na iconografia. A reforma radical, como movimento popular que se baseava em diversas correntes da piedade medieval, continuou a considerar os apócrifos totalmente inspirados, como parte da palavra de Deus”.⁵¹ Menno citava como Escritura tanto os protocanônicos como os constantes apenas no cânon alexandrino, por exemplo: “Concordamos como o santo Pedro que devemos obedecer a Deus e não aos homens, e com a querida e casta Suzana que é melhor cair nas mãos do homem do que nas mãos de Deus”.⁵²

Na Reforma protestante, não obstante, prevaleceu o reconhecimento apenas do canôn palestinese, mas não foram retirados os sete livros do cânon grego (deuterocanônicos ou apócrifos), sendo colocados no final do Antigo Testamento.⁵³ Estes livros foram considerados como instrutivos. Na Igreja da Inglaterra, a *King James Version*, do século XVII, também manteve os livros deuterocanônicos.

A *Confissão de Fé Escocesa*, de 1560, na qual participou John Knox (+ 1571), reza: “Tais igrejas nós habitantes do reino da Escócia, confessando a Jesus Cristo, afirmamos ter em nossas cidades, vilas

⁴⁹ CALVINO, J. *Institución de la Religión Cristiana*, 1988, p. 55 e 672.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 930. A afirmação de Agostinho encontra-se no prefácio aos livros de Samuel e de Reis.

⁵¹ GEORGE, Timothy. *Teologia dos reformadores*, 1994, p. 275. Os amish, um ramo dos menonitas, utilizam Tobias em sua liturgia do casamento.

⁵² SIMONS, Menno. “The complete Writings of Menno Simons (CWMS), Ed. Scottdale, Herald Prless, 1956, p. 177.

⁵³ Observe-se, porém, que Lutero inclui seis dos livros “apócrifos”, mas deixou fora Baruc.

e distritos reformados, porque a doutrina ensinada em nossas igrejas está contida na Palavra de Deus escrita, isto é, no Velho e no Novo Testamento, nos livros originalmente reconhecidos como inspirados. Afirmamos que neles todas as coisas que devem ser cridas para nossa salvação estão suficientemente expressas”. A Confissão, contudo, não traz a lista dos livros “originalmente reconhecidos como inspirados”.⁵⁴

A *Segunda Confissão Helvética*, de Henrique Bullinger, sucessor de Zwinglio em Zurique, elaborada em 1561 e aprovada por um Sínodo em 1566, traz:

Contudo não dissimulamos o fato de que certos livros do Antigo Testamento foram chamados apócrifos pelos antigos autores, e eclesiásticos, por outros, porquanto alguns admitiam que fossem lidos nas igrejas, não, porém, invocados para confirmar a autoridade da fé. Assim também Santo Agostinho, em sua *De Civitate Dei*, livro 18, observa que ‘nos livros dos Reis, nomes e livros de certos profetas são citados’, mas ele acrescenta que “eles não se encontram no Cânon” e que os “livros que temos são suficientes para a piedade”.⁵⁵

A invocação da autoridade de Agostinho nessa Confissão da Reforma na Suíça é no mínimo intrigante. Agostinho foi um entusiasta defensor da canonicidade dos livros da Septuaginta, que não consta do cânon hebraico. No capítulo 18 da obra *De Civitate Dei*, Agostinho refere-se ao livro de Enoc, citado na Carta de Judas, não reconhecido pela sinagoga nem pela Igreja, e aos livros citados na História dos reis de Israel e Judá “que citam muitas façanhas que ali não se encontram e se remete o leitor a outros livros escritos por profetas e, às vezes, se dão o nome deles. E, todavia, não foram admitidos no cânon”.⁵⁶ Ora, os livros citados nos livros dos Reis são anteriores aos livros escritos em grego da Septuaginta! Alguns exemplos: em 1 Reis 11,41, encontra-se uma citação do livro da “História de Salomão”, um “livro perdido que parece ter sido uma das fontes antigas de 1Rs 3-11”⁵⁷; em 1Rs 14,19; 15,31; 16,14,20,27 e 22,39; IIRs 10,34; 12,8; 12,12; 14,28, 15,15;

⁵⁴ A Confissão Escocesa, XVIII, in *Livro de Confissões* (PCUSA), 1969, 3.18.

⁵⁵ A Segunda Confissão Helvética, Capítulo I, in *Livro de Confissões* (PCUSA), 1969, 5009.

⁵⁶ AGOSTINHO, Santo. *A cidade de Deus*, 1990, p. 355.

⁵⁷ Bíblia de Jerusalém, 1981, nota de rodapé (p) na p. 359.

15,21; 15,31. Duas explicações poderiam conciliar essa referência da II Confissão Helvética: 1) O autor admitia os livros deuterocanônicos; 2) O autor equivocou-se sobre o cânon admitido por Agostinho.

A *Confissão Belga* do século XVI, da Tradição Reformada, em seu Artigo 6, assim se refere aos livros do cânon alexandrino que não estão no cânon hebraico: “A Igreja pode lê-los e tirar deles ensino, na medida em que há concordância destes com os livros canônicos, porém não possuem força e autoridade tais que pelo testemunho deles se pudesse confirmar algum artigo de fé ou da religião cristã”.⁵⁸

Em meados do século XVII, a *Confissão de Fé de Westminster*, adotada por várias Igrejas Presbiterianas no mundo, em seu Capítulo 1, traz a lista dos livros do Antigo e do Novo Testamento, não constando os livros deuterocanônicos, que a Confissão denomina Apócrifos, observando que: “Os livros geralmente chamados Apócrifos, não sendo de inspiração divina, não fazem parte do cânon da Escritura; não são, portanto, de autoridade na Igreja de Deus, nem de modo algum podem ser aprovados ou empregados, senão como escritos humanos”.⁵⁹ Esta declaração incisiva da Confissão, que sequer reconhece os deuterocanônicos como “eclesiásticos” ou instrutivos, constituiu-se em um passo para que as sociedades bíblicas, fundadas um século e meio mais tarde, contivessem apenas os livros do cânon palestinese no Antigo Testamento.

A partir de inícios do século XIX, surgem a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira (1804/5) e a Sociedade Bíblica Americana (1816), que restringiram o Antigo Testamento ao cânon palestinese, nas suas edições bíblicas.

No século XX, desenvolveu-se um projeto que culminou com a Tradução Ecumênica da Bíblia (TEB), o Novo Testamento, em 1972 e o Antigo Testamento em 1975, edição francesa. Em 1994 foi essa tradução foi traduzida e publicada em português pelas Edições Loyola, contando com contribuições de eruditos católicos e protestantes.

É interessante observar que o Lecionário das Igrejas da Comunhão Anglicana, seja nas leituras do ciclo trienal, A, B e C, seja nas leituras diárias e para dias especiais, além dos livros do cânon palestinese, inclui os livros de Eclesiástico [mais de 50 textos], Sabedoria [mais

⁵⁸ “Confissão Belga”, in *Hinário, Igreja Evangélica Reformada*, 1998, p. 748.

⁵⁹ Confissão de Fé e Catecismo Maior da Igreja Presbiteriana, 1980, p. 12.

de 20], e alguns textos de Baruque, Judite e I Macabeus. Outras tradições eclesiais também adotaram o cânon mais amplo, a exemplo da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América (PCUSA) e da Igreja Presbiteriana Cumberland, cujo livro de adoração comum (Book of Common Worship – Daily Prayer) traz leituras de Eclesiástico, Sabedoria, Baruque e I Macabeus.

Considerações finais

Na Igreja a antiga não houve uma unanimidade quanto ao cânon do Antigo Testamento. Muitos Pais da Igreja citaram os livros que posteriormente vieram a denominar-se deuterocanônicos, entre eles, Clemente Romano, Tertuliano, Clemente de Alexandria, Orígenes, Ireneu, Hipólito de Roma, Cipriano de Cartago, Basílio Magno, Gregório de Nissa, João Crisóstomo, Ambrósio e Agostinho. Outros, como Melitão de Sardes (+ cerca de 193), Atanásio, Cirilo de Jerusalém, Hilário de Poitiers, Gregório de Nazianzo, Rufino, Jerônimo e João Damasceno adotaram o cânon palestinese, mais estrito. Cabe observar, no entanto, que em muitos casos, nos Pais, o “cânon estrito” (dos 22 livros) não é idêntico aos 39 livros do Antigo Testamento adotados a partir da Reforma protestante. Assim, Cirilo de Jerusalém defende o cânon dos 22 livros, bem como Atanásio, em sua carta pascal de 367, mas incluem Baruque nos livros canônicos e excluem Ester. Atanásio chega mesmo a citar Ester entre os apócrifos!

Enquanto nas Igrejas orientais não houve uma rigorosa delimitação do cânon do Antigo Testamento, no Ocidente além de concílios regionais e gerais, desde o século IV até o XVI confirmaram o cânon amplo alexandrino.

As Igrejas oriundas da Reforma do século XVI, contudo, em geral, não reconheceram os livros do Antigo Testamento que não constavam no cânon palestinese, conquanto os tivessem mantido, em suas edições da Bíblia, no final, como instrutivos, até inícios do século XIX.

Um passo significativo no século XX para um uso comum das Escrituras foi a Tradução Ecumênica da Bíblia, em francês, em 1975, em português, 1994. Alguns fatores para esse empreendimento foram

primeiro, o espetacular desenvolvimento das ciências bíblicas, uma idêntica utilização das disciplinas de análise filológica, literária e histórica, os contatos e intercâmbios pessoais durante congressos internacionais e interconfessionais [...]. Em segundo lugar, o progresso do movimento ecumênico sob múltiplas formas criou nas Igrejas um clima favorável ao diálogo, por meio de uma referência comum às Escrituras [...]. Terceiro, a evangelização e a missão não podem alcançar sua dimensão verdadeira sem a difusão e a leitura efetiva das Escrituras.⁶⁰

Na perspectiva do autor do presente artigo, outros passos seriam importantes em direção a um testemunho cristão comum dos atos salvíficos de Deus na história, segundo as Escrituras.

Finalmente, é interessante uma observação de Paul Tillich com relação à indefinição na composição do cânon bíblico: “Foi o Espírito quem criou o cânon. E, como todas as coisas espirituais, o cânon não pode ser fixado legalmente de forma definida. A abertura parcial do cânon é uma salvaguarda da espiritualidade da Igreja cristã”.⁶¹

Referências

- AGOSTINHO, Santo. **A cidade de Deus. Parte II.** Petrópolis: Vozes, 1990.
- AGUSTIN, San. **Obras de San Agustín.** Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1956.
- ALTANER, Berthold; STUIBER, Alfred. **Patrologia.** São Paulo: Paulinas, 1998.
- BARRERA, Julio Treballe. **A Bíblia judaica e a Bíblia cristã.** Petrópolis: Vozes, 1999.
- BASILIO MAGNO, S. **Basílio de Cesareia.** São Paulo: Paulus, 1998.
- BAUER, Johannes B. **Dicionário de teologia bíblica.** São Paulo: Loyola, 1988.
- BENTZEN, Aage. **Introdução ao Antigo Testamento.** São Paulo: Aste, 1968.
- BÍBLIA.** Tradução Ecumênica. São Paulo, Loyola, 1994.
- BOAVENTURA, São. **Obras escolhidas.** Caxias do Sul: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1983.

⁶⁰ Bíblia. Tradução Ecumênica. São Paulo, Loyola, 1994, Apresentação, p. ix.

⁶¹ TILLICH, Paul. *Teologia sistemática*, 1984, p. 50.

BOOK OF COMMON WORSHIP. Louisville, Kentucky, Westminster, John Knox Press, 1993.

CALVINO, J. **Institución de la Religión Cristiana.** Buenos Aires: Nueva Creación, 1988.

CONFISSÃO DE FÉ E CATECISMO MAIOR. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1980.

DICCIONARIO TEOLÓGICO INTERDISCIPLINAR. Salamanca: Sigueme, 1985.

CIRILO DE JERUSALÉM, São. **Catequeses pré-batismais.** Petrópolis: Vozes, 1978.

CRISÓSTOMO, S. João. **Oito catequeses baptismais.** Lisboa: Verbo, s/data.

DENZINGER, Enrique. **El magistério de la Iglesia.** Barcelona: Herder, 1963.

DICIONÁRIO CRÍTICO DE TEOLOGIA São Paulo: Paulinas/Loyola, 2004.

ENCHIRIDION PATRISTICUM. M. J. Rouet. Barcelona, Friburgi, Romae, 1958.

EUSÉBIO DE CESARÉIA. **História eclesiástica.** São Paulo: Fonte Editorial, 2005.

GEORGE, Timothy. **Teologia dos reformadores.** São Paulo: Vida Nova, 1994.

HARRINGTON, Wilfrid J. **Chave para a Bíblia.** São Paulo: Paulinas, 1985.

HINÁRIO. Igreja Evangélica Reformada. Curitiba, 1998.

IRENEU DE LIÃO. **Adversus haereses.** São Paulo: Paulus, 1996.

KARENIN, Jerzy Berkman. **Doutrina Cristã Ortodoxa.** São Paulo: Santa Igreja Grego-Ortodoxa do Brasil, 1957.

LIVRO DE CONFISSÕES. Igreja Presbiteriana Unida dos Estados Unidos. São Paulo, 1969.

LIVRO DE ORAÇÃO COMUM. Igreja Episcopal do Brasil. Província Anglicana. Porto Alegre, 1987.

MACKENZIE, John L., S. J. **Dicionário Bíblico.** São Paulo: Paulinas, 1983.

METZGER, Bruce M. **An Introduction to the Apocrypha.** Oxford University Press, 1977.

PADRES APOSTÓLICOS, São Paulo: Paulus, 1995.

ROST, Leonard. **Introdução aos livros apócrifos e pseudepígrafos do Antigo Testamento e aos Manuscritos do Mar Morto.** São Paulo: Paulinas, 1980.

SALVADOR, José Gonçalves. **Clemente Romano.** São Paulo: Metodista, 1959.

SEPTUAGINTA. Stuttgart, Deutsch Bibelgesellschaft, 2006 e Sociedade Bíblica do Brasil, 2006.

SIMONS, Menno. **The Complete Writings of Menno Simons.** John C. Wenger, Ed. Scottdale, Herald Press, 1956.

TILLICH, Paul. **Teologia Sistemática.** São Paulo, Paulinas? São Leopoldo, Sinodal, 1984.

VV.AA. **Introdução à Bíblia 1.** São Paulo: Herder, 1967.